

GOIÂNIA EM AGLOMERADOS: DESAJUSTES ENTRE O PLANEJADO E O CONCRETO

Lídia Milhomem Pereira

Instituto Federal de Goiás, Campus Goiânia, departamento I. Goiânia-GO.

Ricardo Alexandrino Garcia

Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências- IGC, Belo Horizonte-MG

Carlos Fernando Ferreira Lobo.

Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências- IGC, Belo Horizonte-MG

Paulo Eduardo Alves Borges da Silva

Instituto Federal de Minas Gerais. Campus Avançado Conselheiro Lafaiete. Conselheiro Lafaiete- MG

Nayhara Freitas Martins Gomes

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte-MG

RESUMO: Goiânia, capital do estado de Goiás é referência em diversas áreas como a medicina oftalmológica, oncológica, cirúrgica. Cidade arborizada que foi planejada, na década de 1930, inicialmente, para 50 mil pessoas alcançando um número muito além do previsto em menos de sessenta anos. Hoje, sua população soma mais de 1.400.000 habitantes. No entanto, nos últimos anos, com o crescimento e a valorização do tecido urbano, verifica-se a presença de ocupações em lugares antes desvalorizados. Há um ciclo de interesses, ordenamento e reordenamento territorial, de projetos por

agentes privados e públicos diante de lugares antes desvalorizados. A pesquisa é fruto de investigação acadêmica do programa de pós-graduação em Geografia, nível doutoramento da Universidade Federal de Minas Gerais. Também está apoiada em métodos quantitativos e programas como o Arc Gis, sendo, pois, uma metodologia quantitativa, utilizando a análise exploratória descritiva. Conforme o procedimento metodológico planejado, haverá o uso de variáveis censitárias. O trabalho está pautado nos Indicadores adotados pelo IBGE (2010), principalmente Renda e Coeficiente de Gini, bem como a disponibilidade desses dados censitários. Essa temática é fator de investigação e averiguação do presente trabalho. Discutir a cidade, seu planejamento, visualizar as territorialidades, contextualizando-as com as realidades dialéticas no contexto do capitalismo são resultados esperados na pesquisa e parte deste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Disparidades. Urbanização. Aglomerados subnormais

ABSTRACT: Goiânia, capital of the state of Goiás, is a reference in several areas such as ophthalmological, oncological and surgical medicine. A tree-lined town that was planned in the 1930s initially for 50,000 people reaching far beyond what was predicted in less than sixty years. Today, its population adds more than

1,400,000 inhabitants. However, in the last years, with the growth and the valuation of the urban fabric, the presence of occupations in previously devalued places is verified. There is a cycle of interests, planning and territorial reordering, of projects by private and public agents before previously devalued places. The research is the result of academic research of the postgraduate program in Geography, PhD level of the Federal University of Minas Gerais. It is also supported by quantitative methods and programs such as the Arc Gis, and is therefore a quantitative methodology using exploratory descriptive analysis. According to the planned methodological procedure, there will be the use of census variables. The work is based on the Indicators adopted by IBGE (2010), mainly Income and Coefficient of Gini, as well as the availability of this census data. This theme is a research and investigation factor of the present work. To discuss the city, its planning, to visualize the territorialities, contextualizing them with the dialectical realities in the context of capitalism are expected results in the research and part of this study.

KEYWORDS: Disparities. Urbanization. Subn Agglomerates

1 | INTRODUÇÃO

Em 24 de outubro de 1933, em local determinado por Atilio Correia Lima, em um planalto onde atualmente se encontra o Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica, Pedro Ludovico lançou sua pedra fundamental, tendo sido Goiânia planejada e construída para ser a capital política e administrativa de Goiás, sob a influência da Marcha para o Oeste, política desenvolvida pelo Governo de Getúlio Vargas para acelerar o desenvolvimento e incentivar a ocupação do Centro-Oeste brasileiro. Goiânia foi planejada, inicialmente, para 50 mil pessoas, a cidade faz parte da Mesorregião do Centro-Oeste e da Microrregião de Goiânia. A metrópole, assim como as demais capitais brasileiras, ultrapassou demograficamente a previsão do seu número de habitantes, idealizada para as primeiras décadas. A seguir, na Figura 1, tem-se a evolução da população da cidade.

Ano de análise	Evolução da população da cidade de Goiânia
1940	48.166
1950	53.389
1970	151.013
1980	380.773
1991	717.519
2000	1.090.737
2007	1.244.645
2010	1.302.001
2014	1.412.364
2015	1.430.697

Figura 1 – Crescimento populacional de Goiânia-GO.

Possui uma geografia contínua, com poucos morros e baixadas, tendo terras planas na maior parte de seu território, com destaque para o rio Meia Ponte. Atualmente, a barragem do Córrego João Leite também é um dos maiores destaques da hidrografia da capital goiana, que vai garantir o abastecimento de água até o ano de 2025. O município sofreu um acelerado crescimento populacional desde a década de 1960, atingindo um milhão de habitantes cerca de sessenta anos depois de sua fundação. É a segunda cidade mais populosa do Centro-Oeste, sendo superada apenas por Brasília. Situa-se no Planalto Central e é um importante polo econômico da região, sendo considerada centro estratégico para áreas como indústria, medicina, moda e agricultura. De acordo com o IBGE, é a sexta maior cidade do Brasil em tamanho, com 256,8 quilômetros quadrados de área urbana. A Região Metropolitana de Goiânia possui mais de 2,2 milhões de habitantes, o que a torna a décima região metropolitana mais populosa do País (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2017).

Como aspectos negativos são notáveis as diferenças entre as classes e as disparidades na capital. No relatório apresentado na abertura do V Fórum Urbano Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), no Rio, em 2010, revela que Goiânia é a décima capital Brasileira, Belo Horizonte, a décima terceira, seguidas de Fortaleza, Brasília e Curitiba. Goiânia é uma das que apresentam as maiores diferenças de renda entre ricos e pobres no País (JUNQUEIRA, 2010).

No *Jornal Opção*, em 15 de setembro de 2012, o pesquisador do tema da desigualdade social, o professor e cientista social Dijaci David de Oliveira, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), comenta que:

Na verdade, a desigualdade social cresceu desde a década de 1970, quando não fez a distribuição das riquezas [...] Em Goiânia os 20% mais pobres detêm apenas 3,34% da riqueza e os 20% mais ricos 63,06% - dados de 2010 [...] Na opinião de Oliveira, o melhor a ser feito é intensificar os investimento em educação construindo novas escolas e melhorando a qualidade do ensino em todos os níveis. Não basta erradicar o analfabetismo, é preciso também aumentar o tempo de permanência nas escolas e aumentar o tempo de escolaridade. É sabido que existe uma relação direta entre a escolaridade e a renda. O professor João Batista de Deus, professor do Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), da Universidade Federal de Goiás (UFG), referindo-se aos dados apresentados pela ONU-Habitat, também defende que há uma relação estreita entre desigualdade social e nível educacional: "Como os adultos pobres que moram em Goiás, em geral, têm pouca qualificação profissional, é preciso, além das ações de governo que já visam reduzir essas discrepâncias, investir nas escolas". Temos de ter como meta salvar a geração seguinte e a educação é fundamental. (SEABRA, 2014,p.78).

Conforme Teixeira (2013), o espaço urbano constitui o centro de acumulação capitalista, seja por meio da valorização imobiliária para a concentração da riqueza

social ou por meio dos investimentos públicos. A cidade tornou-se espaço-mercadoria, privatizada em prol da valorização do capital.

Os indicadores socioeconômicos demonstram os aspectos objetivos de cada cidade e, também, de Goiânia. É importante refletir sobre a progressão numérica da educação, bem como a respeito da longevidade e da renda, fatores atrativos para aqueles que buscam melhorias de vida e acabam migrando para a capital.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda –, mas vai além: adéqua a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2017b). O IDH de Goiânia foi de 0,739 em 2010, números que a classificam na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O maior índice do IDHM do município encontra-se na característica longevidade, com pontuação 0,838, seguida de renda, com 0,824, e de educação, com 0,739. A seguir, dados do Atlas PNUD trazem as características gerais da cidade.

2 | DISPARIDADES

Para Medeiros (2012), não é simples a definição do conceito. *A priori*, pode-se dizer que a desigualdade é uma situação na qual não existe a igualdade e, matematicamente falando, trata-se de uma desigualdade que ocorre quando uma quantidade é maior ou menor que a outra.

Conforme Ferreira (2000), em um país cujo desenvolvimento econômico colonial baseou-se nos pilares gêmeos de uma enorme concentração inicial da propriedade fundiária e da importação maciça de mão-de-obra escrava, não foi preciso censos, pesquisas amostrais ou um grande número de índices matemáticos sofisticados para que a existência da desigualdade fosse notada e comentada. Em termos genéricos, as causas de uma distribuição desigual de renda pertencem a cinco grupos:

- a) existência de diferenças de indivíduos com relação as suas características natas etnia, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial;
- b) Características individuais adquiridas, como nível educacional, experiência profissional;
- c) Discriminação entre remuneração conforme o gênero por exemplo. Por segmentação. Mesma ocupação e remunerações diferentes conforme a região geográfica Projeção -mapa de derivada ;
- d) Mercado de capital;
- e) Demográfico (fertilidade, coabitação ou separação habitacional.

Essas desigualdades auxiliam na conformação de aglomerados de exclusão, subnormais e segregação socioespacial. Sposito (2013) destaca que a palavra segregar é sempre de natureza espacial. É um processo expresso no espaço, resultado de relações sociais de diferentes grupos que veem a necessidade de separar-se a partir de seu modo de vida, rompendo o conceito de cidade e a possibilidade de participação e convívio dos indivíduos que movem a vida urbana.

Assim é preciso sempre questionar quem segrega para realizar seus interesses; quem a reconhece, porque a confirma ou parece ser indiferente a ela; quem a sente, porque vive esta condição; quem contra ela se posiciona, lutando ou oferecendo instrumentos para sua superação; quem sequer supõe que ela possa ser superada e, desse modo, também é parte do movimento de sua reafirmação.

Para Corrêa (1989), a segregação é como par que funciona dialeticamente e constitui uma região fragmentada, que não compartilha e não convive, apesar de coexistirem em um mesmo espaço.

Villaça, em um primeiro sentido se entenderá por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, estendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença, como também de hierarquia. Ele diz que, segregação é “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole”. O autor ressalva que são as “classes acima da média” que tendem a se segregar em uma única região da metrópole. Já os espaços produzidos pelas burguesias não se limitam ao contraste centro-periferia, sendo o padrão dominante o dos setores de círculo. Assim, tem-se a concentração majoritária, em determinados espaços urbanos, de pessoas pertencentes à dada classe sociais. Estas, na maior parte dos casos, concentram-se em bairros específicos ou em condomínios fechados, no quais a presença de integrantes de outras classes sociais, algumas até opostas, também se faz presente nas proximidades.

Conforme Marcuse(2004) segregação: é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto. É o processo de formação e de manutenção de um gueto.

As origens da aglomeração e da segregação são múltiplas. Por divisões culturais, por papel funcional, zoneamentos apropriados dentro da cidade; diferenças no status hierárquico refletindo e reforçando as relações de poder. “Uma vez que as funções não são neutras na hierarquia do status, as três divisões andam juntas”. E assim por diante. As permutas são múltiplas. “As relações sociais determinam relações espaciais; essas por sua vez, geralmente influenciam, mas nem sempre reforçam as relações sociais”, (MARCUSE,2004, p. 27).

Spósito ressalta o conceito de segregação espacial:

A segregação espacial pode ser compreendida como resultado de um processo de

diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os subespaços, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano. (SPÓSITO, 2013, p. 74)

Esse conceito parte do pressuposto de que, na proporção que a cidade é dividida em centro e periferia, as classes de mais alta renda ficam com as terras mais caras e as de mais baixa renda ficam com as mais baratas. No entanto, sua aplicação pode ser contestada em muitos casos, pois a concentração de grupos sociais pertencentes a diferentes graus de condição econômica pode optar por residir na área periférica por motivos particulares. Isso se verifica com mais intensidade nas grandes cidades americanas e na construção de condomínios exclusivos nas periferias de muitas cidades brasileiras. A principal contribuição dessa autora à teorização sobre segregação urbana são as políticas públicas nesse processo, as políticas de moradia, e suas relações.

Vasconcelos(2016),no capítulo sobre Debate, processos e formas socioespaciais nas cidades, contribui sobre a temática conceituando e classificando termos que refletem subdivisões e categorias urbanas/espaciais. Esses termos apesar de soarem como sinônimos apresentam certas características peculiares. Tal compreensão, no entanto, requer a elucidação de alguns conceitos-chaves, facilitando assim a compreensão destes processos. Dentre os quais estão os seguintes:

Desigualdade socioespacial: Tem como exemplo Londres dividida em um “West Side” aristocrático e um “East Side”. O proletário é conhecido desde o século XIX, e era, em parte, explicada pela poluição dos ventos dominantes em direção ao leste (no hemisfério norte).

Fragmentação: Isolamento dos pobres, que a imobilidade do grande número de pessoas tornaria a cidade “um conjunto de guetos”, e que poderia transformar “sua fragmentação em desintegração” (alusão à Santos, 1990,p.90).

Exclusão: banimento, expulsão. Atualmente os excluídos habitam, sobretudo, os grandes conjuntos habitacionais periféricos. Essa situação se deteriorou com o aumento dos imigrantes vindos das antigas colônias, sobretudo da África do Norte.

Segregação: considera apenas a segregação involuntária, isto é, o processo que conduz à formação de áreas semelhantes aos guetos, nas quais a população é forçada a residir. Os casos mais representativos são os guetos judeus das cidades medievais e renascentistas, inclusive portuguesas (“judiarias”), os novos guetos implantados durante a ocupação nazista de cidades europeias, como Varsóvia, e os bairros negros segregados das cidades norte-americanas.

Invasão: área já ocupada, por habitantes de um grupo recém-chegado. Nos países pobres, os resultados do processo de invasão ou de ocupação de terrenos (e de prédios) por indivíduos, famílias ou pelos movimentos sociais têm denominações diversas: favelas, *bindonvilles*, villas miséria ou *squatters*. Há uma apropriação ilegal das terras públicas e privadas, sobretudo daquelas com disputas judiciais. Essas áreas são consideradas na literatura também como “segregadas”, mas de fato são o contrário.

São o resultado da ação da população desfavorecida, que ocupa os espaços menos valorizados da cidade e que não interessam ao mercado imobiliário, seja em morros, em áreas de declive ou inundáveis, em torno de ferrovias ou outras áreas públicas, assim como nas periferias longínquas. A população pobre desassistida pelo Estado, que não oferece habitações sociais suficientes ou compatíveis com seus rendimentos baixos e irregulares, não tendo condições de participar do mercado imobiliário mesmo irregular (em loteamentos) ou do mercado de casas de aluguel, toma a iniciativa de invadir pequenas áreas ou glebas de grande dimensão e tentam resistir às tentativas de expulsão. Em alguns casos, essas populações invadem (ou “ocupam”) áreas valorizadas pelo mercado, como no exemplo da “Invasão das Malvinas”, atual Bairro da Paz, ao longo da Avenida Paralela em Salvador; “A noção de invasão foi utilizada pelos sociólogos da Escola de Chicago para descrever a invasão de uma área já ocupada, por habitantes de um grupo já recém-chegado. Nos países pobres, os resultados do processo de invasão ou de ocupação de terrenos (e de prédios) por indivíduos, famílias ou pelos movimentos sociais têm denominações diversas: favelas, bindonvilles, villas miséria ou squatters. Há uma apropriação ilegal das terras públicas e privadas, sobretudo daquelas com disputas judiciais.

Na cidade de São Paulo, em maio de 2016, houve um incêndio em um prédio no setor central que foi invadido por mais de 200 famílias. Estas pagavam uma taxa simbólica e tiveram seus pertences e objetos completamente destruídos.

Periferização: está substituindo a de marginalização espacial. Essa noção é muito próxima da de marginalização, mas com um componente espacial mais forte. Ela lembra também parte da dualidade “centro-periferia”, o que não reflete a complexidade das cidades. É uma noção muito utilizada no Brasil, mas que não tem sentido em outras realidades, como nos afluentes subúrbios norte-americanos, por exemplo. Ela é frequentemente confundida com a noção de exclusão ou aparece como sinônimo de pobreza. Deve ser lembrado que a população da periferia não está segregada, mas ocupa o espaço em que o Estado tolera (ou permite) as implantações fora das normas oficiais ou mesmo irregulares (*laissez-faire*) em áreas que não interessam ao mercado imobiliário. (VASCONCELOS, 2016,p.50). O processo de periferização também está relacionado ao modo de produção capitalista do espaço, no qual a terra passa a ser um produto a ser comercializado, onde áreas centrais são bem mais valorizadas em razão de sua vantagem locacional (GOTTDIENER, 2010). Dessa maneira, a população economicamente menos favorecida é “expulsa” para áreas mais afastadas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo é pertinente discutir os aglomerados subnormais como conformação e advindo de afunilamentos e consequentes formas de desigualdades formas e padrões.

Para o IBGE, o termo “aglomerado subnormal” foi utilizado pela primeira vez em 1991, tendo permanecido no Censo Demográfico de 2010. O vocábulo “possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país, conhecidos como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros” (IBGE, 2011, p. 26).

O IBGE (2011, p. 19) define aglomerados subnormais da seguinte forma: É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos critérios abaixo:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos).
- b) Urbanização fora dos padrões vigentes – refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos;
- c) Precariedade de serviços públicos essenciais.

A precariedade dos serviços essenciais (serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica) leva em conta somente a existência do serviço ou não, de forma que não se considera a qualidade desses serviços (frequência na coleta de lixo, qualidade da água e frequência no fornecimento de energia).

A geomorfologia de Goiânia é diferente de outras capitais na região Sudeste, as quais há visíveis aglomerados subnormais acima ou abaixo de prédios luxuosos.

Em vários pontos do país encontram-se aglomerados subnormais em que serviços essenciais de coleta de lixo, abastecimento de água, de energia, esgoto, entre outros são ineficientes, quando não inexistentes. Nas regiões do Brasil, os aglomerados apresentam características distintas. Para melhor caracterizá-los, foi necessário padronizar elementos que definem a situação. De acordo com o IBGE (2011), foram utilizadas, na pesquisa, as características do domicílio, dos serviços urbanos, dos padrões urbanísticos, da localização da área, da densidade de ocupação e da situação fundiária e legal. É importante ressaltar que, para se ter um conceito comparativo entre as regiões brasileiras, perde-se, muitas vezes, as especificidades locais, o que ocorre principalmente devido à diversidade existente em municípios e regiões. Em razão disso, diversos locais onde se verifica a carência de prestação de serviços não foram identificados como aglomerados subnormais, conforme os critérios estabelecidos pelo IBGE.

4 | PARA NÃO CONCLUIR

Conforme o procedimento metodológico planejado, foram usadas variáveis censitárias. Inferências e análises geostatísticas, com o intuito de dar visibilidade aos agrupamentos da segregação territorial para os recortes em Goiânia. A pesquisa será pautada nos indicadores adotados pelo IBGE (2010) em amplas dimensões, bem como a disponibilidade de seus dados censitários, com o detalhamento das variáveis a serem utilizadas, de maneira inédita. Há diversas pesquisas, projetos em andamento, teses e dissertações sobre segregações socioespaciais, mas nenhum deles distinguiu exatamente as variáveis que abordaremos adiante. Figura 2: Distribuição espacial setores censitários

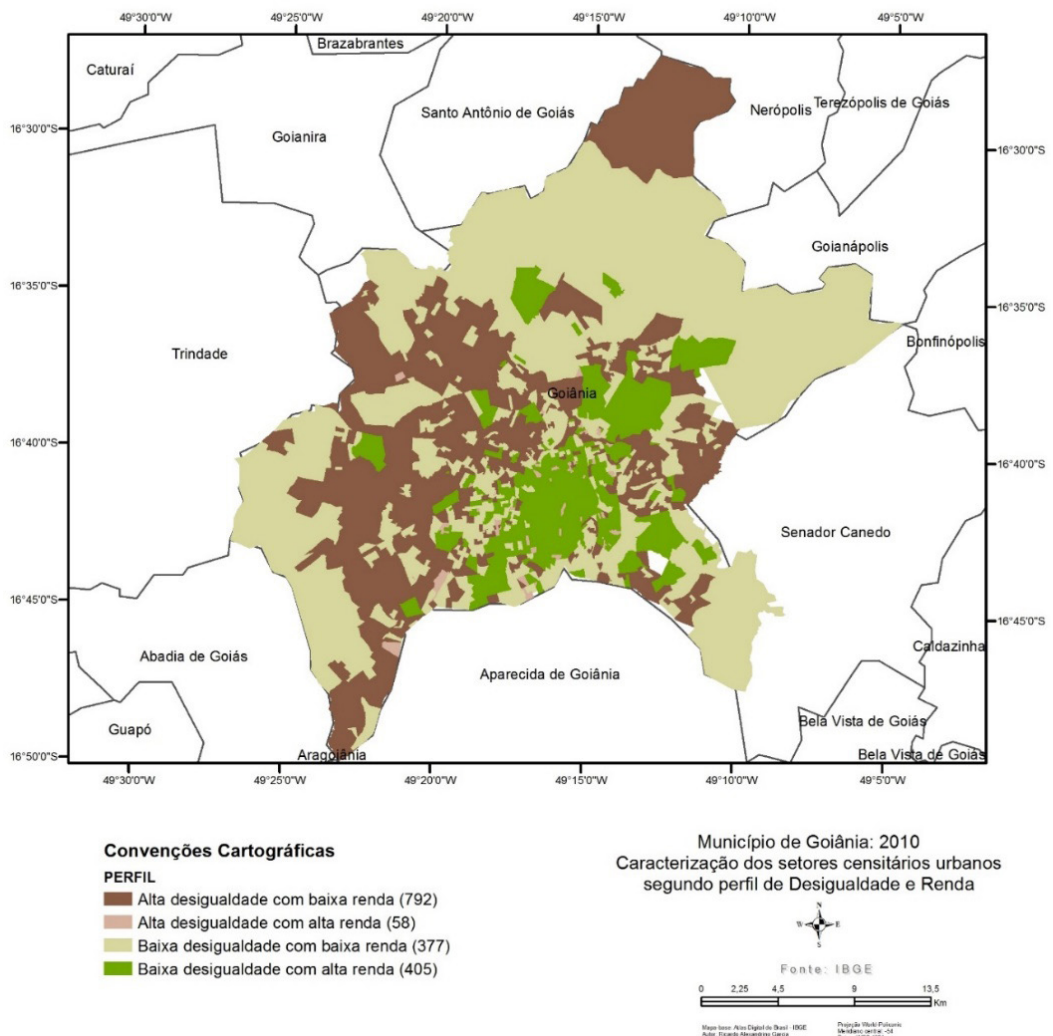


Figura 2 – Goiânia: 2010. Distribuição espacial setores censitários.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Pela análise geostatística percebemos que há uma total disparidade social e econômica, pois apenas uma parte da população concentra a renda e as riquezas e nesse mesmo território há muitas pessoas com baixa renda. Assim, há uma alta desigualdade, uma vez que poucos grupos possuem alta renda e muitos grupos têm baixa renda. No mapa, essa classe está representada pela coloração marrom, nas

regiões noroeste, oeste, sudoeste, parte da norte, leste e sul. Conforme pesquisa feita pelo Conselho Regional de Registro de Imóveis (CRECI), nesses locais o valor em reais do metro quadrado em Goiânia, em 2010, coincide com os setores mais valorizados da cidade. Nas áreas de coloração rosa, temos a classe 2, que mostram a alta desigualdade com alta renda. Isso significa que há poucas pessoas com renda elevada e muitas com baixa renda, gerando uma alta desigualdade, presentes nas regiões sul, sudoeste e noroeste. Na classe 3, baixa desigualdade com baixa renda, lembramos de conceitos sobre a eliminação da obrigatoriedade de se implantar infraestrutura básica em novos loteamentos na cidade, que levou, de imediato, à aprovação de um grande número de novos parcelamentos, bem como do número de construções ativando o circuito imobiliário. Os loteamentos se multiplicavam de maneira descontrolada, sem restrições ao tipo de utilização, fosse ela industrial, comercial ou residencial. Essas atividades foram se espalhando espontaneamente, sem nenhum controle e os locais de moradia passaram a se dispersar por áreas distantes, sem serviços públicos e melhorias urbanas (PDIG/2000, 1992, p. 12 apud MOYSÉS et al., 2007). Por fim, a classe 4, baixa desigualdade com alta renda, é representada no mapa pela cor verde-claro. Nessa classificação, há uma homogeneidade das classes sociais, mais elevadas, ou seja, altíssima renda, situadas próximas, e baixas desigualdades, pois a média tornou-se alta. Não significa que não há desigualdade ou pessoas com baixa renda, mas sim uma minoria desta última e uma maioria da primeira. Essa classe se situa, no mapa, nas seguintes regiões: centro, sul, sudeste, noroeste, norte e oeste.

Nessas regiões localizam-se muitos condomínios fechados devido à alta renda, visto os custos, benefícios, valores do metro quadrado e padrão de vida. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Planejamento, existem hoje, na Grande Goiânia, ao menos 19 (dezenove) condomínios fechados já implantados, legalizados e habitados, sendo 14 deles na cidade de Goiânia, a saber: a) Região sul: Privê Atlântico, 1978; Florença, 1997; b) Região norte: Aldeia do Vale, 1997; c) Região oeste: Residencial *Granville*, 1998; d) Região leste: Jardins Madri, 2000; Portal do Sol I, 2001; Complexo *Alphaville* Flamboyant – 3 etapas, 2001; Portal do Sol II, 2002; Jardins Paris, 2003; Jardins Atenas, 2003; Residencial Araguaia, 2011, 2004; Goiânia Golfe *Residence*, 2005; Jardins Milão, 2005; e Condomínio do Lago, 2005.



Figura 3: Aglomerado subnormal Setor Universitário

Fonte: PEREIRA(2018)

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: 4ª Edição, Ática, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais** – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Indicadores mínimos conceituais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

FERREIRA, Francisco H. G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** p.131-158. In: DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ricardo Henriques(Org). Rio de Janeiro. ISBN: 85-86170-17-8.2000

MARCUSE, Peter. **Enclaves sim; guetos, não: a segregação e o estado**. Revista de estudos regionais e urbanos. 45 segregações urbanas. ISSN 01015621. São Paulo-v.24.n.45 p.24-51 jan-jul .2004.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília: Editora UnB, 2012.310p.

MOYSÉS, Aristides et al. **Da formação urbana ao empreendedorismo imobiliário: a nova face da metrópole goianiense**. Mercator – Revista da Geografia da UFC, ano 6, n. 12, p. 37-50, 2007.

JUNQUEIRA, Alfredo. **Goiânia é a cidade mais desigual do Brasil**. Estadão, 20 de março de 2010. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,goiania-e-a-cidade-mais-desigual-do-brasil,526930>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. História. **História de Goiânia**. Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/goiania>. Acesso em 30 maio de 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Betrão. Encarnação. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato;

PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea – segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-37.